

Mais peritos, mais Justiça: o impacto dos mutirões no INSS

João Badari*

A Previdência Social brasileira atravessa um dos momentos mais delicados de sua história recente. De um lado, o envelhecimento da população aumenta a demanda por proteção social. De outro, a estrutura do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) sofre com a defasagem de pessoal, filas intermináveis e a morosidade na concessão de benefícios. Nesse cenário, o anúncio da contratação de 500 novos peritos médicos federais, feito pelo governo em setembro de 2025, representa um fôlego há muito aguardado por milhões de brasileiros.

A figura do perito médico é central no sistema previdenciário. É ele quem atesta, com base em critérios técnicos e legais, se o trabalhador está incapacitado para o labor, decidindo, portanto, sobre o acesso a benefícios como auxílio por incapacidade temporária, aposentadoria por invalidez ou o benefício assistencial de pessoas com deficiência. Sua atuação é, em última instância, a fronteira entre o direito garantido em lei e a vulnerabilidade social.

Por quase 15 anos, o Estado negligenciou a recomposição dessa carreira. Nesse período, a demanda por perícias cresceu de forma exponencial, enquanto o quadro de profissionais permaneceu estagnado. O resultado foi a explosão das filas: em alguns momentos, mais de um milhão de pedidos aguardavam avaliação. A contratação anunciada agora não resolve de imediato o problema, mas indica um esforço de modernização e recomposição da máquina pública.

Segundo o Ministério da Previdência, quase metade dos novos peritos será lotada no Norte (46,6%) e no Nordeste (36,3%). A medida é estratégica: nessas regiões, os gargalos são mais severos e os cidadãos, muitas vezes, precisam percorrer centenas de quilômetros até encontrar uma agência disponível. Ao priorizar essas localidades, o governo sinaliza disposição em reduzir desigualdades históricas no acesso à política previdenciária.

Enquanto a contratação de novos servidores não se traduz em resultados práticos, os mutirões de atendimento cumprem papel imediato. Com jornadas estendidas e reforço de equipes, essas ações reduzem filas, liberam benefícios represados e devolvem aos trabalhadores a renda de que dependem para sobreviver. Em muitos casos, trata-se literalmente da diferença entre ter comida na mesa ou não.

O atraso na concessão de benefícios vai muito além da burocracia: compromete a dignidade humana. Cada auxílio represado significa menos dinheiro no comércio local, mais endividamento e mais insegurança alimentar. A Previdência Social, portanto, não é gasto: é investimento com impacto direto na economia e no bem-estar social.

A medida anunciada é positiva, mas não pode ser isolada. É necessário que o governo estabeleça concursos regulares, invista em tecnologia para ampliar o atendimento remoto e mantenha os mutirões de forma permanente. A fila previdenciária é um fenômeno que se retroalimenta e pode explodir diante de crises econômicas, sanitárias ou mudanças legislativas.

A contratação de novos peritos e a intensificação dos mutirões representam avanços reais. Mas o desafio é maior: transformar iniciativas emergenciais em política de Estado, capaz de assegurar que nenhum brasileiro precise esperar meses, ou até anos, por um direito que já lhe é garantido por lei. Previdência não é favor — é conquista social e pilar de cidadania.

*João Badari é advogado especialista em Direito Previdenciário e sócio do escritório Aith, Badari e Luchin Advogados.

<https://www.rotajuridica.com.br/artigos/mais-peritos-mais-justica-o-impacto-dos-mutiroes-no-inss/>

Veículo: Online -> Site -> Site Rota Jurídica